

A PRESERVAÇÃO DAS LÍNGUAS INDÍGENAS E A FUNAI (\*)

Interessa-nos nessa comunicação apresentar a orientação atual da FUNAI na área da lingüística. A FUNAI, dentro do espírito de renovação e especialização de seu quadro de pessoal, acaba de concluir um curso de dois meses de duração para técnicos de indigenismo. Nesse curso foram abordados temas de antropologia, história, direito indígena, saúde, etc. A lingüística nesse curso foi privilegiada com três semanas. O programa destas três semanas constou de estudos fonéticos, análises fonológicas e morfológicas de línguas indígenas do Brasil. Assim, os novos indigenistas, 75 ao todo, têm condições de desempenhar suas funções com muito mais propriedade, de vez que receberam um treinamento lingüístico que os auxiliará na aprendizagem das línguas dos povos indígenas com quem irão trabalhar. Além de aprenderem a língua, os novos indigenistas estão aptos a realizarem um trabalho de documentação a nível fonético, fonológico e morfológico da língua indígena. Evidentemente, o trabalho dos novos indigenistas necessita ser acompanhado e assessorado. Será esta uma das minhas atribuições como lingüista recém chegado à instituição tutora dos povos indígenas. Aliás, no tocante a lingüística tudo está para ser estruturado na FUNAI.

Cabe a FUNAI:

- 1) - incentivar a lingüística indígena, acolhendo sempre as valiosas contribuições dos especialistas na área;
- 2) - celebrar convênios com instituições científicas objetivando salvaguardar a língua e a cultura dos povos indígenas;

(\*) Comunicação apresentada na mesa-redonda "Preservação de Línguas e Culturas Indígenas no Brasil" patrocinada pela ABRALIN (Associação Brasileira de Lingüística), promovida durante a 37a. reunião anual da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) em Belo Horizonte no dia 27 de julho de 1985.

- 3) - promover o interesse das instituições científicas e universitárias para que as línguas dos povos indígenas recém-contactados sejam descritas e analisadas;
- 4) - promover o interesse das instituições científicas e universitárias para que sejam reconstituídas as línguas dos povos indígenas que, por motivos diversos, correm o risco de desaparecerem;
- 5) - promover o interesse para que sejam implementados e aprofundados os estudos de línguas indígenas já descritas no sentido de direcioná-los para a organização de material didático adequado para a alfabetização dos índios em seu próprio idioma e, depois, na língua portuguesa se houver manifesto interesse dos mesmos.

Bem entendemos a importância transcendental deste trabalho na área da lingüística, pois, como afirmou Darcy Ribeiro já em 1957, que as línguas e as culturas indígenas que aqui sobrevivem são apenas incidentalmente brasileiras e se constituem num patrimônio da ciência e da humanidade. Ribeiro afirma ainda que para um programa mínimo de estudos descritivos das principais variantes das línguas indígenas do Brasil, necessitaríamos de pelo menos vinte e dois lingüistas devidamente preparados. Infelizmente, sou o único lingüista da FUNAI. Nessa condição solicito a meus companheiros desta mesa redonda, toda sorte de contribuição no sentido de que possamos pensar juntos a lingüística indígena no Brasil e, então, promovermos uma participação efetiva da sociedade científica brasileira nessa área.

Como orientação atual, a FUNAI está solicitando das instituições científicas, sobretudo das estrangeiras, que os trabalhos de descrição e análise das línguas, lhe sejam remetidos regularmente, com a explicação da metodologia empregada, além de solicitar um pequeno relatório contendo informações gerais sobre a área estudada, como problemas de demarcação de ter

ras, problemas de saúde, aspectos culturais, etc. Com a finalidade de promover um maior conhecimento do panorama das línguas indígenas faladas atualmente no Brasil, a FUNAI solicita o máximo empenho dos pesquisadores no sentido fornecer informações, as mais completas possíveis, não apenas sobre pontos específicos enfocados nas diversas pesquisas particulares, mas ainda sobre aspectos mais gerais da língua. Tais como:

- 1) um "corpus" lexical representativo, transcrito foneticamente, acompanhado de tradução, e, se possível, de registros eletromagnéticos;
- 2) análises fonéticas, fonológicas, morfológicas, sintáticas, semânticas, pragmáticas e sociolinguísticas;
- 3) pequenos textos contendo lendas, mitos e tradições culturais do povo indígena estudado. Além disso, registros eletromagnéticos serão solicitados como importantes contribuições, não apenas para um melhor conhecimento das línguas faladas pelos povos indígenas no Brasil, como também para a eventual formulação de projetos de educação a serem levados a termo nas áreas indígenas.

Temos pela frente um trabalho de fôlego que envolverá não só lingüistas, mas também antropólogos, educadores, pedagogos, etc.

Quanto a trabalhos de pesquisas específicas, solicitar-se-á dos pesquisadores uma cópia dos projetos que informam suas pesquisas e os resultados alcançados. Porque essas precauções? De um lado para disciplinar a presença de pesquisadores e instituições nas áreas indígenas. De outro lado, para que não apenas os resultados finais das pesquisas possam ser considerados, mas também as etapas que levaram a tais resultados. Assim, um espectro mais amplo de informações estarão disponíveis aos interessados, contribuindo para um conhecimento mais acurado do povo indígena pesquisado. Estas medidas não são motivadas pelo desejo de restringir a presença de pesquisadores

dores lingüistas junto aos povos indígenas. Querem, isso sim, promover sua participação mais efetiva na pesquisa, descrição, análise e conhecimento das línguas dos povos indígenas e, concomitantemente um envolvimento maior com o futuro dos mesmos.

Para encerrar, gostaríamos de evidenciar que o que aqui apresentamos está aberto ao debate e, portanto, sujeito a alterações julgadas convenientes. Estamos desejosos das contribuições de todos quantos se preocupam com a problemática indígena. Estamos conscientes de que essas contribuições são frutos de pesquisas e de inquietações em torno do futuro dos povos indígenas. A tarefa que de nós depende, exige presteza. Não podemos nos perder em discussões deletérias. Estamos conscientes da necessidade de dinamizar as pesquisas das línguas indígenas, envolvendo as universidades e outras instituições científicas. É certo que as línguas dos povos indígenas que aqui sobrevivem são patrimônio cultural da humanidade, mas é certo também, que cabe a nós zelar por sua preservação.

Brasília-DF., 10 de outubro de 1985.

NELMO ROQUE SCHER  
Mestre em Lingüística e Pesquisador  
responsável pela área da lingüística  
da AESP/FUNAI

AESP/NRS/dcs



PARECER Nº 071/85-AESP

Ref.: Sobre o relatório do Sertanista Enc.F.A. Surucucu Sr. Francisco Bezerra de Lima e sobre o relatório de campo do Linguísta Pêricles Luiz da Cunha.

Considerações sobre o relatório de campo do linguísta Pêricles Luiz da Cunha na Frente de Atração Surucucu - Área Indígena Yanomami.

- 1) O mesmo informa que em seu trabalho de coleta de material procurou restringir ao estritamente essencial suas intervenções na vida dos Índios e na vida do Posto.
- 2) O mesmo informa que procurou o Chefe do Posto para expor formalmente seus planos de trabalho, seus objetivos a curto, médio e longo prazos e aproveitou a ocasião para solicitar ao chefe do Posto informações sobre o grupo dos "AYKAM THERI" e esclarecimentos sobre as formas de procedimento recomendáveis já que o mesmo tinha nove anos de contato diário com o referido grupo indígena.
- 3) O mesmo relata que gradativamente sofreu impedimentos a seu trabalho como a mudança de alojamento onde não havia condições favoráveis de trabalho; corte da luz elétrica durante o dia o que impossibilitou a realização de entrevistas gravadas.
- 4) O mesmo informa sobre um boicote realizado pelo chefe do Posto em relação a seu trabalho, tal como um comportamento evasivo do seu informante e dos Índios em geral, instigando-os a não colaborarem com seu trabalho.
- 5) O mesmo informa que apesar do boicote e da conseqüente mudança de informante conseguiu continuar com seu trabalho de coleta de material, a revelia do chefe do posto que com isto ficou muito irritado.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

-02-

- 6) O mesmo pressupõe que as resistências e o boicoto a seu trabalho de parte do chefe do Posto seja pelo fato de este estar receioso de perder seu emprego e dos poderes que este lhe confere na F.A., uma vez que o trabalho lingüístico possibilitaria a elaboração de uma gramática pedagógica o que facilitaria a aquisição da língua dos Aykamthery pelos outros funcionários do Posto e por todas as pessoas que se interessarem por estes índios, o que claramente parece não ser do interesse do Sr. Francisco Bezerra.
- 7) O mesmo sugere um afastamento do Sr. Bezerra: 1) para se tratar da oncocercose; 2) para se reciclar; 3) para tomar conhecimento das reivindicações políticas e das associações de apoio ao índio.

Pelo relatório do dia 11 de abril de 1985 do Sr. Francisco Bezerra pudemos observar o seguinte:

- 1) O mesmo colocou a disposição do lingüista as instalações físicas da FA Surucucu;
- 2) O mesmo negou-se a prestar informações lingüísticas sobre a língua Aykamtheri ao lingüista Péricles L. Cunha alegando não ser de sua obrigação e nem de seu interesse.
- 3) O mesmo afirma que a partir dessa negativa, o relacionamento entre os dois tornou-se conflitante.
- 4) O mesmo solicita que face às inúmeras ameaças, acusações e chantagens sofridas de parte do lingüista Péricles Cunha o mesmo não retorne mais a FA a não ser que o lingüista se humilhe e lhe esclareça suas reais intenções.

Interrogações a partir do relatório do Sr. Francisco Bezerra de Lima:

- 1) sendo que o Sr. Francisco se comunica com os índios em sua própria língua porque razão plausível negou ajuda

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO  
FUNAI

-03-

ao lingüista Péricles em seu trabalho de coleta de dados sobre a língua Aykamtheri.

- 2) sendo que o lingüista Péricles L. Cunha estava devidamente autorizado pela FUNAI conforme RDG 105/Surucucu de 06.03.85 há a necessidade do lingüista Péricles humilhar-se perante o chefe de Posto para poder desempenhar suas funções de pesquisador?

Diante das observações realizadas a partir dos dois relatórios temos as seguintes considerações a fazer:

- 1) é do interesse da FUNAI que a língua dos Aykamtheri seja estudada e que uma gramática pedagógica seja elaborada;
- 2) é dever do chefe de Posto da FA dos Surucucu, como funcionário da FUNAI, prestar todas as informações necessárias e possíveis sobre a língua dos Yakamtheri já que o mesmo se comunica nessa língua com os índios Aykamtheri;
- 3) a forma de prestar essas informações sejam feitas dentro das mínimas normas da cortesia e do interesse em colaborar com o progresso da ciência;
- 4) seja notificado formalmente ao chefe do Posto da F.A. dos Surucucus das suas obrigações de prestar sua colaboração em pesquisas que forem do interesse da FUNAI e, sobretudo, do progresso da ciência.

Brasília, 13 de agosto de 1985

*Peterson Roque Siler*

NRS/mk



críticas sobre o assunto em questão. Esperamos que desse diálogo surjam subsídios para as diretrizes que nortearão a filosofia de ação da FUNAI no tocante a preservação das línguas dos povos in dígenas.

Em atenção ao Ofício 583/Circ/PRES as lingüís tas do Museu Nacional Charlotte Emmerich, Marília Lopes da C. Fa o Soares e Yonne de Freitas Leite enviaram uma carta onde as mesmas colocam-se a disposição da FUNAI para prestarem sua cola boração na forma de assessoria a projetos, acompanhamento de tra ba lhos e na formação de pessoal. Nessa carta, porém as referidas lingüístas surpreendem-se com o alcance, as conseqüências e as implicações dos termos estabelecidos pelo convênio nº 028/83, fir mado em 21 de dezembro de 1983, entre a FUNAI e o SIL e temem que a atuação dos pesquisadores brasileiros sejam sempre um empeci lho ao Summer, podendo, pelo convênio, ter seu trabalho vetado pelo SIL. Julgamos que seja este um alerta e uma denúncia muito grave.

Para que tenhamos uma idéia dos alcance, das conseqüências e das implicações do referido convênio tomamos a liberdade de analisá-lo, embasado em um parecer sobre o Convênio FUNAI/SIL elaborado pelo Conselho do Departamento de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

O SIL, que é uma entidade com finalidades evan gelizadoras, constituída de missionários apresenta-se no Convê nio como uma sociedade civil de caráter assistencial e filantrô pico o que cria condições formais para que o SIL seja autorizado a "manter atividades assistenciais de lingüística, educação, saú de e desenvolvimento comunitário" (v.cláusula primeira) o que de fine suas atividades possíveis de maneira imprecisa, possibilitando a realização de atividades que dificilmente se podem carac terizar como fora do estabelecido pelo convênio. No parecer aci ma citado, os lingüístas da UNICAMP denunciam que o convênio per mite ao SIL uma área de atuação absolutamente indefinida (v.pará grafo 1º, 2º e 3º da cláusula primeira). Denunciam ainda que o

referido convênio outorga ao SIL atividades cuja realização es tão caracteristicamente no domínio dos quadros acadêmicos das universidades brasileiras. Cabe ao SIL, pelo convênio, colabo rar com a FUNAI em programações que envolvam palestras sobre assuntos lingüísticos, cursos de indigenismo e/ou de capacita<sup>ção</sup> lingüística promovidos pela FUNAI, desenvolver projetos de alfabetização dos grupos indígenas, incluindo nesta atividade a preparação de castilhas, estimulação dos grupos indígenas pa<sup>ra</sup> a preparação de livros de leitura que contenham lendas, mi tos indígenas e tradução para a língua dos grupos do material que julgar interessante para os mesmos.

O item mais polêmico e que tem causado maior espanto aos lingüístas da UNICAMP e do Museu Nacional foi o item "i" da cláusula terceira porque, segundo os lingüístas, o mesmo pode abrir caminho para o SIL interferir na metodologia e natureza do trabalho científico de outros pesquisadores que não os do SIL, assim como a desenvolver confrontos entre ordens religiosas. O citado item, em particular e o convênio como um todo, foi objeto de críticas acirradas no debate que se seguiu a mesa-redonda "A preservação das línguas indígenas" realizada sua última reunião da SBPC, tendo sido colocado, inclusive, co mo entrave a atuação dos pesquisadores brasileiros. Queixaram-se os lingüístas presentes ao debate que não foram chamados a opinar para a celebração do referido convênio e que por causa dos efeitos e das implicações desse convênio não se sentem mais motivados a prestar seus serviços em colaboração com a FUNAI.

Os lingüístas da UNICAMP em seu parecer aler tam para o fato de a FUNAI não dispor de quadro técnico para julgar projetos na área da lingüística, o que abre caminho, se gundo eles, para que o SIL possa ter o controle sobre a aprova<sup>ção</sup> dos projetos que envolvam questões indígenas. Alertam ainda que se criam dificuldades para a formação de profissionais bra<sup>sileiros</sup> e que se entrega a estrangeiros o controle de questão de alto interesse nacional.

Diante das considerações e análises que apresentamos tomamos a liberdade de propor:

- 1) que o convênio SIL/FUNAI seja criteriosamente analisado em seus termos, conseqüências e implicações; que seja definido o campo de atuação e as atribuições do SIL no tocante a lingüística indígena;
- 2) que seja constituído uma comissão de estudos para definir a filosofia de ação da FUNAI na área de lingüística Indígena;
- 3) que sejam iniciadas gestões com outros órgãos oficiais e universidades brasileiras no sentido de que se crie um instituto de estudos das línguas indígenas no Brasil que teria a seu cargo o direcionamento de toda política da lingüística indígena no Brasil.

Temos a informar ainda que a FUNAI/AESP foi convidada pela ANPOLL para participar de uma reunião, a ser marcada para setembro, onde serão discutidos assuntos de interesse na preservação das Línguas Indígenas. Como se percebe, há todo um interesse e toda uma expectativa nas entidades científicas e universitárias brasileiras em poderem prestar sua colaboração na tarefa da preservação e do fortalecimento das línguas dos povos indígenas no Brasil.

Lembramos, ainda, que dentro da programação do Curso de Indigenismo coordenado pela AESP e realizado nos meses de maio a junho/85 a lingüística foi privilegiada com três semanas de duração. Assim, os novos técnicos indigenistas auferiram importantes subsídios para poderem descrever e analisar as línguas indígenas com as quais entrarem em contato. Evidentemente que o trabalho desses técnicos indigenistas nessa área necessita ser acompanhado e assessorado para que possa haver continuidade. Para tanto, há a necessidade de mais lingüistas na FUNAI (o ideal seria que pelo menos houvesse um

lingüísta para acompanhar cada tronco lingüístico.

Sendo o que nos apresenta no momento, reite<sub>u</sub>  
ramos nosso apreço e alta consideração.

NRS/mk



MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

13

OFÍCIO Nº 001 / 85-AESP - CIRCULAR

Em 02.08.85

Do: Chefe da Assessoria de Estudos e Pesquisas

Ao:

Assunto: Convite (faz)

A Assessoria de Estudos e Pesquisas (AESP) da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) está tendo em seu quadro de pessoal o pesquisador NELMO ROQUE SCHER, mestre em lingüística, para coordenar a política da lingüística indígena na instituição. Com o propósito de mantermos um relacionamento aberto e profícuo, temos a honra de convidar V.Sa. para participar da elaboração de uma filosofia de ação da instituição na área da lingüística. Conscientes de seu interesse em relação a preservação das línguas e culturas indígenas, temos a certeza de que poderemos contar com suas valiosas contribuições.

Este Ofício tem por objetivo convidá-lo a um diálogo em que poderemos explicitar nossas preocupações e proposições em relação a questão da política das línguas indígenas brasileiras. Nesse sentido, gostaríamos de conhecer sua opinião e ouvir suas sugestões quanto a possibilidade de se propor um grupo de estudos de línguas indígenas, com um possível apoio de organismos governamentais e a participação de instituições universitárias interessadas e, também, da participação dos pesquisadores brasileiros da área a fim de podermos iniciar efetivamente um trabalho conjunto.

Como uma primeira etapa de nosso intercâmbio rogamos enviar suas contribuições, sugestões e críticas ao endereço abaixo ou pelo telefone (061) 2338868.

MINISTÉRIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

Sendo o que nos apresenta, reiteramos nossos votos de estima e apreço.

En.: NELMO ROQUE SCHER - Pesquisador  
FUNAI/AESP 2º Andar s/213 - SIA  
Trecho 4 Lote 750  
CEP 71200 - Brasília-DF.

AESP/NRS/mk

DECISÃO Nº 001/85 - AESP - CIRCULAR

02.08.85

ENCAMINHADO:

01. Chefe do Departamento de Letras do Centro Pedagógico de Barra do Garças - CPBG/UFMT
02. Chefe do Departamento de Letras da Universidade Federal do Acre
03. Chefe do Departamento de Letras da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
04. Profa. Dra. Lúcia Maria Pinheiro Lobato/UNB
05. Chefe do Departamento de Linguística da Universidade do Paraná
06. Professor Jaime Robredo - UNB
07. Profa. Tânia ALKMIN - UNICAMP
08. Profa. Maria Bernadete M.P.A. Guerra/UNICAMP
09. Prof. Luis Carlos Cagliari/UNICAMP
10. Prof. Lucy Seki/UNICAMP
11. Chefe do Departamento de Letras e Linguística da PUC/RS
12. Diretor do SUMMER INSTITUTE OF LINGUISTIC - Brasília/DF
13. Prof. Dr. Mário Guagliotto - Deptº de Letras da Universidade de Santa Maria/RS
14. Chefe do Deptº de Letras e Linguística da Universidade Federal de Goiás.
15. Prof. José Gaston Hilgert - Deptº de Letras e Linguística Universidade de Passo Fundo/RS

MINISTÉRIO DO INTERIOR

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI

CONTINUAÇÃO - OFÍCIO Nº 001/85 - AESP-CIRCULAR

16. Profa. Dra. Stella Maris Bortone Ricardo - Chefe do Deptº de Letras e Linguística/UNB

17. Diretor do Museu Paraense Emílio Goeldi

18. Dr. Carlos Araújo Moreira Neto - Administrador do Museu do Índio/RJ.

19. Sr. Luis Gouvêa de Paulo - CIMI

20. Prof. Dr. Augustinus Staub - Deptº de Letras e Linguística da UNB.

21. Profa. Neusa Carson - UFSM

22. Profa. Yonne de Freitas Leite - UFRJ/MUSEU NACIONAL

23. Prof. Márcio Ferreira da Silva - UFRJ/MUSEU NACIONAL

24. Prof. Dr. Carlos Alberto Faraco - UFPR - Presidente ABRALIN

25. Prof. Ataliba de Castilho - UNICAMP

26. Profa. Maria Aparecida Botelho Pereira Soares - UFRJ

27. Profa. Bruna Franchetto - UFRJ/MUSEU NACIONAL

28. Prof. Dr. Mário Perini - UFMG

29. Profa. Regina Zilbermann - UFRS

30. Prof. Dr. Carlos Drumond - USP

31. Prof. Darci Secchi - CIMI

33. Prof. Paulino Vandresen - UFSC

34. Profa. Charlotte Emmerich - UFRJ/MUSEU NACIONAL

SEUGAS

MINISTERIO DO INTERIOR  
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI  
MANUTENÇÃO RELAÇÃO OF. Nº 001/85 -- AESP -- EXPEDIDO

- 14. Marília Lopes de C.F. Soares - UFRJ/MUSEU NACIONAL
- 15. Prof. Aryon Rodrigues - UNICAMP

MINISTÉRIO DO INTERIOR - FUNAI - F. C. A.  
 SEÇÃO DE PRODUÇÃO E ARQUIVO  
 Recebido em 02/08/1985  
*Edmundo*